

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano V | Volume 13 | Nº 37 | Boa Vista | 2023

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<https://doi.org/10.5281/zenodo.7581674>



A PANDEMIA DA COMPLACÊNCIA E DA IGNORÂNCIA:

VAMOS DESMASCARAR OS MASCARADOS, POIS UM MANDA E O OUTRO OBEDECE

Carlos Kusano Bucalen Ferrari¹

Resumo

Ao contrário da maioria das nações, a resposta brasileira à epidemia de COVID-19 foi marcada por senso-comum, amadorismo e negação da ciência. O objetivo do presente estudo foi avaliar, sob o prisma da cientificidade, três afirmações de ministros da Saúde do Brasil. Para isso, utilizou-se a metodologia de curadoria de conteúdo ou curadoria educacional. Com a apresentação da historiografia da pandemia de COVID-19 no país, assim como a análise curatorial das afirmações de dois ministros da saúde, evidenciou-se que o governo federal optou pelo abandono do SUS e da cientificidade, exercendo uma governança da epidemia baseada em senso comum e negacionismo, o que explica os milhões de casos e óbitos que poderiam ter sido evitados.

Palavras Chave: Brasil; Ciência; Covid-19; Epidemiologia; Políticas Públicas.

Abstract

Unlike most nations, the Brazilian response to the epidemic of COVID-19 was marked by common sense, amateurism, and denial of science. The objective of the present study was to evaluate, under the prism of scientificity, three statements made by ministers of health of Brazil. For this, the methodology of content curation or educational curation was used. With the presentation of the historiography of the COVID-19 pandemic in the country, as well as the curatorial analysis of the statements of two ministers of health, it became evident that the federal government chose to abandon the SUS and scientificity, exercising a governance of the epidemic based on common sense and negationism, which explains the millions of cases and deaths that could have been avoided.

Keywords: Brazil; COVID-19; Epidemiology; Public Policies; Science.

1

INTRODUÇÃO

Enquanto o país sofre uma das mais dramáticas crises sanitárias de sua História com elevada frequência de óbitos (689 mil), de infectados (mais de 35 milhões de casos) e sequelados, o atual ministro da saúde, Marcelo Queiroga, repete a obediência de seu antecessor, o general Eduardo Pazuello, ambos indiciados pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado da República (BRASIL, 2021; CONASS, 2022).

Ao contrário de outras nações, as consequências da pandemia da Doença do Coronavírus 2019 - COVID-19 no Brasil foram mais devastadoras (SENHORAS, 2020; 2021), o que pode ser corroborado pelas elevadas taxas de incidência, prevalência e letalidade quando comparadas a outros países, assim como a elevada mortalidade em regiões de maior desigualdade socioeconômica e na população afro-brasileira (BARBOSA *et al.*, 2020; CAVALCANTE *et al.*, 2020; DEMENECH *et al.*, 2020).

¹ Professor da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Doutor em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: drcarlosferrari.ufmt@gmail.com



Além disso, deve ser ressaltado o enorme e irreversível impacto da pandemia de COVID-19 no aprendizado dos alunos brasileiros, especialmente os frequentadores da escola pública, uma vez que a epidemia aprofundou ainda mais as desigualdades na educação e surgindo propostas para forjar o ensino à distância que podem aumentar ainda mais a precarização do aprendizado, da formação das crianças e jovens e o trabalho docente (CONCEIÇÃO, 2021; MARTINS *et al.*, 2021; RODRIGUES *et al.*, 2021; SANTOS; SANTOS, 2021).

Deste modo, o presente minissaio pretende demonstrar que, na gestão da pandemia de COVID-19 no Brasil, a presidência da República e sua casa civil optaram, deliberadamente, pelo senso comum e não pela ciência e sua lógica e por isso as consequências para a sociedade brasileira foram desastrosas.

METODOLOGIA

Para atingir os objetivos, três afirmações dos ministros da Saúde do governo Jair Bolsonaro foram analisadas do ponto de vista curadoria científica, sob a luz da lógica, coerência e da epidemiologia, além de se traçar uma historiografia sanitária da pandemia de COVID-19 no Brasil.

As três afirmações analisadas foram as seguintes:

- 1) “É simples assim: um manda e o outro obedece” de autoria de Eduardo Pazuello em 22/10/2020;
- 2) “Vamos trabalhar firmemente para ter um natal sem máscaras e depois vamos desmascarar os mascarados que sempre prejudicaram o Brasil” de autoria do médico Marcelo Queiroga em 11/11/2021;
- 3) “... nosso compromisso é com isso. É com a vida. É com a liberdade. É com a concretização das políticas públicas de saúde” também de autoria de Marcelo Queiroga em 07/12/2021.

Tais enunciados foram analisados quanto a veracidade ou falsidade e coerência com a ciência e a verdade. Neste sentido, a curadoria e a análise da coerência, lógica e cientificidade dos argumentos foi avaliada segundo diversos autores (COUTINHO; PADILHA, 2020; SHARMA; DESCHAINED, 2016).

INÍCIO DA PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL: RESPOSTA DESARTICULADA E EXCESSIVAMENTE CLÍNICA

A postura da presidência da República, consolidada em seu gabinete e na casa civil, desde o início foi desprezar e menosprezar a epidemia de COVID-19, comportamento divergente em relação à maioria das nações (SILVA, 2020).



Neste contexto, Abrantes (2020) mostrou que na Costa Rica o Estado apresentou um manejo da COVID-19 muito mais eficiente e eficaz quando comparado ao Brasil. Ademais, um levantamento do Fundo Monetário Internacional (FMI), também observou que a ineficácia e inação do Brasil frente à pandemia de COVID-19 foi uma das poucas exceções nas 197 nações estudadas (IMF, 2022).

Deste modo, a forte discordância da presidência da República e seus assessores, levou à demissão do primeiro Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta que se notabilizou por estimular o uso de máscaras e a solicitar que as pessoas fizessem distanciamento físico-social (FERRARI, 2020a). É importante ressaltar que, apesar do estímulo ao uso de máscaras e ao distanciamento físico-social, o ministro Mandetta nunca fez uma campanha de prevenção da doença utilizando os canais oficiais do governo, assim como deixou de mobilizar a rede de atenção básica (Unidades Básicas de Saúde e Estratégia de Saúde da Família). Neste sentido, é fundamental lembrar que por questões ideológicas e contenção de recursos, ainda em 2019, Mandetta extinguiu o programa Mais Médicos e desarticulou a rede atenção básica (BAHIA; CARDOSO, 2019).

Deste modo, mesmo as ações de Mandetta foram excessivamente clínicas e perdeu-se a oportunidade de mobilizar a rede de atenção básica para esclarecer a população sobre a doença e a importância das medidas de biossegurança e distanciamento físico-social, além da possibilidade de distribuição gratuita de álcool 70%, luvas, máscaras que nunca houve.

Apesar disto, a gestão Mandetta conseguiu reduzir a curva de transmissão da COVID-19 (CRODA *et al.*, 2020), mas o ex-ministro foi demitido em 16/04/2020, por desagradar a espírito negacionista da presidência da República (SHALDERS, 2020).

Os mesmos problemas foram enfrentados, embora num curto período, por Nelson Teich que nem teve tempo hábil para implementar suas ações. Teich, percebendo-se um “peixe fora d’água”, impedido de implementar uma política pública de testagem rápida, demitiu-se em 15/05/2020, cumprindo menos de 30 dias no cargo (ANDRADE, 2020).

Qualquer presidência da República estaria preocupada com esta evidente crise e a escalada progressiva da quantidade de óbitos e casos, mas o sr. Jair Bolsonaro continuava a afirmar “E daí, lamento, quer que eu faça o que?” (UOL, 2020), “não sou coveiro” (UOL, 2020) e continuou dias depois “quem é de direita toma cloroquina, quem é de esquerda...tubaína” (PODER 360, 2020).

MINISTROS DA SAÚDE OBEDIENTES: A CIÊNCIA SE DESPEDE, O SENSO COMUM ENTRA EM CENA

A mudança radical na condução da gestão da epidemia de COVID-19, após a demissão de Mandetta, apenas reforçou o ideário do núcleo ideológico “duro” do movimento político de Bolsonaro



cujas ações baseavam-se no modelo liberal-conservador e populista de Donald Trump, permeado pelo desprezo às instituições democráticas, aos direitos humanos, aos intelectuais e cientistas (WEIHMÜLLER; JUARÉZ, 2019).

Em verdade, seria interessante para o presidente nomear como titular da Saúde uma pessoa que fosse alinhada ao seu discurso pró-aglomeração e pró-cloroquina e contrário ao uso de máscaras e distanciamento físico-social. Afinal, segundo Donald Trump e Nise Yamaguchi, a cloroquina funcionaria, sendo o remédio recomendado para a economia voltar à tona. Todavia, o discurso falacioso da médica apoiadora da cloroquina à CPI da COVID-19 foi desconstruído, demonstrando-se a ausência de cientificidade do mesmo e, portanto, a ausência de eficácia do chamado “tratamento precoce” com cloroquina e outros medicamentos inócuos (FERRARI, 2021a).

Todavia, desde 2020, já havia indícios suficientes que a cloroquina não funcionava, pois diversos estudos clínicos controlados, publicados em revistas científicas de elevado prestígio, ainda em 2020, já haviam demonstrado ausência de benefícios e até mesmo aumento de efeitos adversos e letalidade tanto pelo cloroquina, quanto pela sua associação com a azitromicina (IP *et al.*, 2020; ROSENBERG *et al.*, 2020; TANG *et al.*, 2020).

Assim, Eduardo Pazuello, sem qualquer formação na área, assumiu o Ministério da Saúde, sendo considerado um “especialista em logística e estratégia”.

Em verdade, na tragédia de Manaus, em que centenas de pessoas morriam asfixiadas por COVID-19, a resposta de Pazuello foi enviar uma equipe de médicos para induzir a prescrição cloroquina com ajuda até de um aplicativo, o Trate-Cov (BRASIL, 2021). De acordo com auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), realizada pelo Ministro Vital do Rêgo, o aplicativo, que dias depois foi desativado por críticas da CPI e de entidades científicas e médicas, sempre indicava como tratamento os mesmos medicamentos, como cloroquina, hidroxicloroquina, ivermectina, azitromicina, doxiciclina, zinco e dexametasona, independentemente do estágio da doença (RÊGO, 2021).

É neste contexto, de uma cegueira institucional e submissão aos ditames da Presidência da República, que Pazuello já havia dado a tônica de sua “gestão”, quando afirmou em 22 de Outubro de 2020: “É simples assim: um manda e o outro obedece”.

Embora o contexto da frase se referia à ordem de Jair Bolsonaro em cancelar o protocolo de intenção da compra da vacina Coronavac® pelo Ministério da Saúde, sabe-se que a inação e os erros do Ministério são consequências da cega obediência de Pazuello ao seu chefe.

Apesar da forte pressão das sociedades científicas e médicas, assim como dos movimentos sociais em saúde, Pazuello permaneceu muito mais tempo que seus antecessores, a despeito da



desastrosa gestão da pandemia que culminou com uma elevação inesperada e inacreditável de casos e óbitos.

O legado de Pazuello foi enorme: crescimento exponencial da epidemia tanto em termos de óbitos quanto de casos, importação, produção e distribuição de medicamentos sem eficácia e segurança terapêutica comprovada, ausência de campanhas de prevenção e postergação ao máximo da negociação envolvendo a aquisição de vacinas pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2021; FERRARI, 2022).

Porém, apesar da enorme tragédia social, sanitária e econômica, a Presidência da República continuava a desdenhar a importância da epidemia de COVID-19 e precisava substituir Pazuello por outro que fosse médico, mas conivente com as ideias do presidente.

Somente em 23 de Março de 2021, assume como ministro da Saúde o cardiologista Marcelo Queiroga que inicialmente tenta mostrar-se preocupado com a epidemia e ciente da necessidade de adoção de ações baseadas em evidências científicas. Porém, com o passar do tempo, suas ações cada vez mais corroboravam o discurso e a ação da Presidência da República.

Neste sentido, em 11 de Novembro de 2021, Marcelo Queiroga afirmou: “Vamos trabalhar firmemente para ter um natal sem máscaras e depois vamos desmascarar os mascarados que sempre prejudicaram o Brasil” (RELEVANTE NEWS, 2022). Cabe ressaltar que o trecho desta declaração do Ministro da Saúde foi publicada em grupo de *Telegram* e disseminou-se de modo viral tornando-se notícias em centenas de portais bolsonaristas, sem qualquer respaldo jornalístico.

A afirmação acima referida não tem coerência, uma vez que durante o mês de Outubro de 2021 já ocorria aumento da quantidade de casos de COVID-19 (FERRARI, 2021b). Ademais, sem a imunização de pelo menos 80 a 85% da população brasileira, a pandemia não iria “terminar por decreto” e nem “por vontade de Deus”.

Cabe ressaltar que esta afirmação de Queiroga, coerente com seu chefe máximo, tem um forte significado que vai além do simples desestímulo ao uso de máscaras, almejando convencer a população que no último trimestre de 2021, o país já teria controlado a pandemia e poderíamos voltar à “normalidade”, aglomerando-se novamente. A decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de realizar os pleitos eleitorais corroborou esta falsa percepção de fim da epidemia propagada pelo governo Bolsonaro. Neste sentido, Ferrari (2021b) demonstrou que a realização das eleições promoveu reemergência da pandemia de COVID-19 no país.

Em 07 de Dezembro de 2021, em pronunciamento oficial na TV Brasil (BRASIL, 2021), Queiroga deu continuidade ao seu discurso de obediência e negacionismo e declarou “O presidente ainda há pouco falou às vezes é melhor perder a vida do que perder a liberdade. Não estamos aqui querendo fazer qualquer tipo de polemização, mas são direitos fundamentais e eles tem a mesma



importância e o nosso compromisso é com isso. É com a vida. É com a liberdade. É com a concretização das políticas públicas de saúde”.

Este segundo enunciado de Queiroga tem relação com a subserviência do Ministro ao discurso anti-vacina do presidente e seus apoiadores. Todavia, o mesmo não condiz com a lógica, a coerência e a verdade epidemiológica, uma vez que o direito à vida, de natureza individual e coletiva, sobrepõe-se de modo soberano frente ao direito à liberdade. Além disso, como o Ministério da Saúde, na gestão de Queiroga, nunca realizou campanha de prevenção da COVID-19, tampouco distribuiu álcool e máscaras para a população, é questionável sua afirmação de que houve compromisso com a concretização das políticas públicas de saúde.

É URGENTE UM *LOCKDOWN* NA PANDEMIA DA IGNORÂNCIA!

Numa velocidade e quantidade jamais imaginada, as informações falsas são disseminadas para milhares de pessoas em todo o mundo, inclusive no Brasil (DELMAZO; VALENTE, 2018; VOSOUGHI *et al.*, 2018). As mensagens ou notícias falsas tem como objetivo convencer as pessoas, utilizando uma forte carga emotiva e elementos que simulam a verdade, além de seu aspecto pernicioso de constituir um simulacro da verdade científica, funcionando como objetos pseudocientíficos mais prejudiciais que o próprio senso comum (BAKIR; MCSTAY, 2018).

O poder das notícias falsas tem terreno fértil no imaginário coletivo, uma vez que pessoas leigas acabam acreditando neste tipo de informação.

Neste sentido, notabilizou-se nas seções da CPI da COVID, a defesa da cloroquina e do tratamento precoce, pelo senador da República Luiz Carlos Heinze, do Rio Grande do Sul (BRASIL, 2021). Em diversas seções da CPI, o senador Heinze repetia a suposição de que nos municípios com tratamento precoce (cloroquina e outras) o número de óbitos por COVID-19 teria sido menor. Todavia, estas afirmações baseiam-se em senso comum, uma vez que não foram calculadas as taxas de mortalidade e letalidade de cada município e tampouco é possível, numa estimativa ecológica, saber quem recebeu ou não o tratamento com cloroquina (FERRARI, 2020b). Assim, repetir este discurso é extremamente prejudicial para o controle da doença, se não constituir também um crime de propagação de notícias falsas.

Infelizmente, na pandemia de COVID-19, estas mensagens têm representado um papel bastante negativo devido à contestação de medidas de restrição da circulação de pessoas e de proteção individual, cujo efeito reverte o papel positivo destas ações e ajuda a aumentar os riscos de transmissão do novo



coronavírus (SARS-CoV-2) impactando no aumento do número de casos (DALL'ALBA; ROCHA, 2021).

Ressalta-se que o êxito da implementação de medidas de saúde pública para o enfrentamento desta e de outras epidemias depende, necessariamente, de adequados mecanismos e veículos de comunicação do risco e das medidas de contenção das infecções (PAHO, 2020).

Na China, a resposta de Saúde Pública envolveu mobilização da sociedade, elevado esforço na detecção de casos, no rastreamento e testagem de contatos próximos a doentes, bloqueio das áreas afetadas pela epidemia, controle de tráfego para reduzir a mobilidade das pessoas e promover o distanciamento social, além de medidas de sanitização e higiene ambiental e biossegurança das pessoas (CHEN *et al.*, 2020).

Sem o isolamento de casos positivos para tratamento e quebra da cadeia de transmissão e sem a quarentena para contatos suspeitos ou assintomáticos e tratamento daqueles que testarem positivo para a doença, não é possível controlar e reduzir a evolução da doença (NIU; XU, 2020).

Além disso, a resposta da maioria das nações foi muito melhor em termos de menor incidência e mortalidade devido à implementação de restrições de circulação de pessoas (*lockdown*), estímulo ao distanciamento físico-social e às medidas pessoais de biossegurança (uso de máscaras, lavagem regular das mãos e uso de álcool) quando comparados ao Brasil (IMF, 2022).

Mesmo no Brasil em que as medidas de restrição da circulação de pessoas não foram coordenadas, ficou demonstrado que o distanciamento físico reduziu a incidência promovendo o efeito popularmente conhecido como “achatamento da curva de incidência” (CRODA *et al.*, 2020).

Ainda a este respeito, as experiências do Nordeste e Norte com lockdown à brasileira (parcial) demonstraram a eficácia na redução da incidência e mortalidade da COVID-19 (SILVA; FIGUEIREDO-FILHO; FERNANDES, 2020). Outras experiências de fechamento de escolas e do comércio, serviços e indústria também tiveram impacto positivo na redução de casos e mortes (AUGER *et al.*, 2020; FERRARI, 2021b).

Comparando cinco países que implementaram lockdown com dois que não o fizeram (Brasil e EUA), demonstraram que esta medida reduziu drasticamente a incidência de covid-19 na África do Sul, Alemanha, Espanha, Itália e Nova Zelândia, efeito que não foi observado no Brasil ou nos EUA (HOUVÈSSOU *et al.* 2021).

CONCLUSÃO

As afirmações dos ex-ministros da saúde revelam o caráter negacionista que vem ditando a tônica do governo Bolsonaro desde o início. É fundamental afirmar que negar a gravidade da doença,



sabotar medidas de biossegurança (uso de máscaras e higiene pessoal) e de isolamento físico social para evitar aglomerações, ou mesmo fazer propaganda de uma suposta cura milagrosa (cloroquina) foram uma estratégia copiadas do governo Donald Trump e, infelizmente, seguidas por parte até mesmo de profissionais de saúde que carecem de formação sólida em saúde populacional, conforme amplamente discutido anteriormente (FERRARI, 2021d).

A posição de apoio à cloroquina do Conselho Federal de Medicina e de poucas sociedades científicas médicas é inaceitável, pois já havia evidências sólidas desde Junho-Agosto de 2020 que este medicamento, assim como a azitromicina e a vitamina D, é tóxico e ineficaz aos pacientes em qualquer fase do tratamento.

Foi evidenciado que estas narrativas dos ex-ministros da saúde serviram apenas para protelar a aquisição de vacinas e não adquirir quantidades necessárias de testes diagnósticos, evitando, assim, o rastreamento adequado da doença, o que resultou numa epidemia prolongada com nefastos efeitos educacionais, econômicos e sociais, muito além dos perversos efeitos sanitários sobre a população brasileira.

Foi possível comprovar que a negação e inação do governo federal, na gestão Bolsonaro, inclusive materializada pelas afirmações de dois Ministros da Saúde, foi responsável pelo agravamento da pandemia de COVID-19 no país e os fatos acima analisados revelam quem deve ser desmascarado na gestão da epidemia no Brasil.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, V. V. “Brasil e Costa Rica no combate à pandemia de COVID-19”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 3, n. 8, 2020.

ANDRADE, F. “Teich deixa Ministério da Saúde antes de completar um mês no cargo e após divergir de Bolsonaro”. **G1** [2020]. Disponível em: <www.g1.globo.com> Acesso em: 28/02/2022.

AUGER, K.A. *et al.* “Association between statewide school closure and COVID-19 incidence and mortality in the US”. **Journal of the American Medical Association**, vol. 324, 2020.

BAHIA, L.; CARDOSO, A. M. “Saúde em tempos de hiperajuste fiscal, restrição à democracia e obscurantismo”. In: POCHMANN, M.; AZEVEDO, J. S. G. (orgs.). **Brasil: Incertezas e submissão?** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019.

BAKIR, V.; MCSTAY, A. “Fake News and the economy of emotions”. **Digital Journalism**, vol. 6, n. 2, 2018.

BARBOSA, I. *et al.* “Incidência e mortalidade por COVID-19 na população idosa brasileira e sua relação com indicadores contextuais: um estudo ecológico”. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, vol. 23, 2020.



BRASIL. “Veja a lista dos indiciados da CPI da pandemia, segundo o relatório de Renan Calheiros”. **Agência Senado de Notícias** [2021]. Disponível em: <www.senado.leg.br>. Acesso em: 19/02/2022.

BRASIL. “Heinze pede à PF que investigue estudo sobre uso elevado de cloroquina em Manaus”. **Agência Senado de Notícias** [2021]. Disponível em: <www.senado.leg.br>. Acesso em: 19/02/2022.

BRASIL. “Trecho de pronunciamento do ministro da saúde na TV Brasil”. **Youtube** [2021]. Disponível em: <www.youtube.com>. Acesso: 20/02/2022

BRASIL. “Requerimento da CPI da Pandemia. Solicitação de realização de fiscalização no aplicativo TRATECOV do Ministério da Saúde”. **Portal Eletrônico do TCU** [2021]. Disponível em: <www.tcu.gov.br> Acesso em: 15/03/2022.

CHEN, W. *et al.* “Early containment strategies and core measures for prevention and control of novel coronavirus pneumonia in China”. **Chinese Journal of Preventive Medicine**, vol. 54, n. 3, 2020.

CAVALCANTE, J. R. *et al.* “COVID-19 no Brasil: evolução da epidemia até a semana epidemiológica 20 de 2020”. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, vol. 29, 2020.

CONASS - Conselho Nacional de Secretários de Saúde. “Painel CONASS covid-19”. **Portal Eletrônico do CONASS** [2022]. Disponível em: <www.conass.org.br>. Acesso em: 21/11/2022.

CONCEIÇÃO, V. L. “Educação e pandemia: reflexo dos abismos da desigualdade no Brasil”. **Humanidades e Inovação**, vol. 8, n. 63, 2021.

COUTINHO, J. G.; PADILHA, M. “Informação adequada, confiável e oportuna em tempos de pandemia de COVID-19”. **Revista Panamericana de Salud Pública**, vol. 44, 2020.

CRODA, J. *et al.* “Covid-19 in Brazil: advantages of a socialized unified health system and preparation to contain cases”. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, vol. 53, 2020.

DALL’ALBA, R; ROCHA, D. G. “Brazil’s response to COVID-19: commercial determinants of health and regional inequalities matter”. **The Lancet Global Health**, vol. 9, 2021.

DELMAZO, C.; VALENTE, J. C. L. “Fake news nas redes sociais online: propagação e reações à desinformação em busca de cliques”. **Media e Jornalismo**, vol. 18, n. 32, 2018.

DEMENECH, L. M. *et al.* “Desigualdade econômica e risco de infecção e morte por COVID-19 no Brasil”. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, vol. 23, 2020.

FERRARI, C. K. B. “Resposta brasileira à pandemia: O Ministério da Saúde acertou, A Presidência da República errou”. **Boletim de Conjuntura**, vol. 3, n. 7, 2020a.

FERRARI, C. K. B. “Questão de educação e ciência: senso comum, falácia ecológica e o sofisma da cloroquina na COVID-19”. **Acta Biomédica Brasiliensia**, vol. 11, n. 2, 2020b.

FERRARI, C. K. B. “Curadoria científica de depoimento de uma médica à CPI da COVID: Ciência ou Ideologia? **Cadernos do Ceas – Revista Crítica de Humanidades**, vol. 46, n. 254, 2021a.

FERRARI, C. K. B. “Impacto das eleições na reemergência de COVID-19 no Brasil”. **Boletim de Conjuntura**, vol. 8, n. 22, 2021b.



FERRARI, C.K.B. “Questão de educação e ciência: Seria o “lockdown” a cloroquina da esquerda?” **Boletim de Conjuntura**, vol. 6, n. 17, 2021c.

FERRARI, C.K.B. “Por que respondemos mal à pandemia de COVID-19: Transformações necessárias nos saberes docentes da saúde”. **Humanidades e Inovação**, vol. 8, n. 45, 2021d.

FERRARI, C. K. B. “História Natural da COVID-19: Uma comparação crítica das respostas Sócio Sanitárias Brasileira, Estadunidense e Japonesa”. **Revista Facisa Online**, vol. 11, n. 1, 2022.

HOUVÊSSOU, G. M.; SOUZA, T. P.; SILVEIRA, M. F. “Medidas de contenção tipo lockdown para prevenção e controle da COVID-19: estudo ecológico descritivo, com dados da África do Sul, Alemanha, Brasil, Espanha, Estados Unidos, Itália e Nova Zelândia, fevereiro a agosto de 2020”. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, vol. 30, 2021.

IMF - International Monetary Fund. “Policy responses to COVID-19”. **International Monetary Fund** [2022]. Disponível em: <www.imf.org>. Acesso em: 19/02/2022.

IP, A. *et al.* “Hydroxychloroquine and tocilizumab therapy in COVID-19 patients—An observational study”. **PLOS One**, vol. 15, 2020.

MARTINS, T. B. *et al.* “Educação em tempos de pandemia: algumas lições para as políticas públicas brasileiras”. **Humanidades e Inovação**, vol. 8, n. 63, 2021.

NIU, Y.; XU, F. “Deciphering the power of isolation in controlling COVID-19 outbreaks”. **Lancet Global Health**, vol. 8, n. 4, 2020.

PAHO - Pan American Health Organization. **COVID-19: Guidelines for communicating about coronavirus disease 2019. A Guide for Leaders**. Washington: PAHO Headquarters, 2020.

PODER360. “Quem é de direita toma cloroquina, quem é de esquerda...tubaína”. **Youtube** [2021]. Disponível em: <www.youtube.com>. Acesso: 20/02/2022.

RELEVANTE NEWS. “Canal do telegram. Trecho de entrevista coletiva do ministro da saúde Marcelo Queiroga”. **Youtube** [2022]. Disponível em: <www.youtube.com>. Acesso em: 28/01/2022

RODRIGUES, J. R. B. *et al.* “Os sentidos da escola em tempos de pandemia: o “vírus” do aprofundamento das desigualdades educacionais”. **Humanidades e Inovação**, vol. 8, n. 63, 2021.

ROSENBERG, E. S. *et al.* “Association of treatment with hydroxychloroquine or azithromycin with in hospital mortality in patients with COVID-19 in New York State”. **Journal of the American Medical Association**, vol. 323, n. 24, 2020.

SANTOS, I. T. R.; SANTOS, A. R. “Tecnologia e ensino remoto no contexto da educação do campo”. **Humanidades & Inovação**, vol. 8, n. 63, 2021.

SENHORAS, E. M. “Covid-19, Brasil e Canadá: uma análise relacional e comparada”. **Revista Intellector**, vol. 18, n. 35, 2021.

SENHORAS, E. M. “COVID-19 e os padrões das relações nacionais e internacionais”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 3, n. 7, 2020.



SHALDERS, A. “Mandetta é demitido do Ministério da Saúde após um mês de conflito com Bolsonaro: relembre os principais choques”. **BBC Brasil** [2020]. Disponível em: <www.bbc.com>. Acesso em: 28/02/2022.

SHARMA, S. A.; DESCHAINED, M. E. “Digital curation: A framework to enhance adolescent and adult literacy initiatives”. **Journal of Adolescent and Adult Literacy**, vol. 60, n. 1, 2016.

SILVA, C. M. A. “Covid-19 e a necropolítica na conjuntura brasileira”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 2, n. 6, 2020.

SILVA, L.; FIGUEIREDO-FILHO, D.; FERNANDES, A. “O efeito do *lockdown* sobre a epidemia da COVID-19 no Brasil: evidências a partir de uma análise de séries temporais interrompidas”. **Cadernos de Saúde Pública**, vol. 36, n. 10, 2020.

TANG, W. *et al.* “Hydroxychloroquine in patients with mainly mild to moderate coronavirus disease 2019: open label, randomised controlled trial”. **British Medical Journal**, vol. 369, 2020.

UOL. “E daí, lamento, quer que eu faça o que?”. **Youtube** [2021]. Disponível em: <www.youtube.com>. Acesso: 20/02/2022.

UOL. “Não sou coveiro?”. **Youtube** [2021]. Disponível em: <www.youtube.com>. Acesso: 20/02/2022.

VOSOUGHI, S. *et al.* “The spread of true and false News online”. **Science**, vol. 359, 2018.

WEIHMÜLLER, V. C.; JUARÉZ, L. C. “La debilidad del gobierno de Bolsonaro: el bolsonarismo”. **Cuadernos de Coyuntura**, n. 4, 2019.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano V | Volume 13 | Nº 37 | Boa Vista | 2023

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima